

Editorial - Uma outra perspectiva da Revolução nos Assuntos Militares: Estado, Governantes e Militares

General
Gabriel Augusto do Espírito Santo



I

Na segurança internacional e na natureza, causas e estrutura dos conflitos que a podem influenciar, a que não são estranhas novas ameaças, tremendas alterações estão em curso. Perguntam uns, preocupados com as alterações que o fim do bi-polarismo da Guerra Fria provocou na cena internacional e a falta de respostas eficazes para a resolução desses conflitos, que nova ordem internacional se deve procurar, que alterações introduzir na Carta das Nações Unidas que há mais de cinquenta anos regulam aquela ordem, que nova cultura e regras introduzir nos princípios da Carta. Continuar na cultura de resolução de conflitos ou seguir uma nova cultura de prevenção de conflitos? Continuar com o sistema de ordem global ou “descentralizar” para ordens regionais? Nos conceitos estabelecidos em *Uma Agenda para a Paz* (*peace-making, peacekeeping, peace-building, peace-enforcement*), que caminhos têm sido seguidos, por quem e para quem? Que papel e que legalidade para a força militar que tenta resolver conflitos, qual o papel para organizações privadas de segurança e organizações não-governamentais que proliferam em áreas onde existe a violência? Qual o papel do Tribunal Internacional de Justiça, criado pela Carta das Nações Unidas, e ao qual só os estados têm direito de acesso e suas relações com outros tribunais recentemente criados, mas não aceites por toda a comunidade internacional, como o Tribunal Penal Internacional? Que lei se deve aplicar a quem afecta ou afectou a segurança internacional?

A este conjunto de perguntas outras se podem seguir, relacionadas com os novos desenhos que estão em curso na geopolítica do globo, onde os recentes arranjos do *Heartland* são contrapostos por novos centros de poder no *Rimland* e com a continuação de falta de respostas estruturais às causas de conflito (pobreza, doença, exclusão, dignidade humana). Relacionadas, também, com os conceitos de soberania, organização interna do poder entre quem o exerce e quem o sente em unidades que teimosamente continuam a apostar no estado-herói, e a procura de resposta à pergunta fundamental de Platão sobre a Política e que se traduz no seguinte: “Quem deve governar o Estado?” (Os

sábios devem conduzir e governar e os ignorantes devem seguir?). E ainda outras questões relacionadas com o emprego da força nas denominadas ordens interna e externa para obter e manter segurança - o princípio de tudo - agora que os instrumentos militares, mais uma vez em mudança qualitativa proporcionada por novas tecnologias, se mostram decisivos para a Política, mas que necessitam, também e mais uma vez na História, que sejam definidas regras sobre a legitimidade de quem os utiliza, com que fins e os limites da sua actuação, não misturando conceitos entre aquilo que pode e deve ser feito pela força militar (com os seus princípios de comando, ética e evitar do “trabalho sujo”) e o que deve ser feito por outros.

Para algumas destas perguntas é preciso encontrar respostas. Mas outros fenómenos, que não o interesse do Homem, vão desviando as atenções. Mais uma vez se constata que o progresso material não é seguido pelo progresso moral.

II

Grandes mudanças na História foram acompanhadas (provocadas?) por importantes mudanças nos assuntos militares. Os impérios estiveram ligados a superioridade militar sobre opositores e para o seu fim muito contribuiu a crescente consciência de povos que desejaram ter maior participação nos seus destinos colectivos e rejeitar autoridades centrais por quem não eram ouvidos.

Na transição para a modernidade, quando a Europa mudou do Mediterrâneo para o Atlântico (1598-1648), a grande revolução dos assuntos militares que ao tempo se verificou teve consequências na vida do estado-nação nascente, nas relações internacionais e no sistema de equilíbrio de poder que se estabeleceu e na procura de um pensamento regulador para o Estado e suas funções e para uma Comunidade Internacional que a Diplomacia iria relacionar.

A revolução militar não foi só tecnológica, com a arma de fogo individual a aparecer no campo de batalha, com a artilharia até aí embarcada ou de sítio a procurar trazer o seu acompanhamento às formações combatentes, com a cavalaria a aligeirar-se e a tornar-se como elemento fundamental na reserva do comandante, com a engenharia a mudar do ataque ou defesa das fortalezas para proporcionar mobilidade aos exércitos e contra-mobilidade ao opositor, com as primeiras-planas (futuros estados-maiores) a auxiliar os comandantes, com as intendências a prever e prover as necessidades das tropas em campanha. A revolução foi mais importante em pensamento e conceitos. Os exércitos permanentes tornaram-se instrumento essencial do poder do Estado e conduziram ao militar profissional e à disciplina, ao ensino militar e aos manuais da ciência militar. A guerra e as suas leis mereceram maior atenção das ciências política e jurídica nascentes que iam buscar aos clássicos ensinamentos guardados durante séculos nos conventos. Justus Lipsius, Francisco Suarez, Thomas Hobbes e outros tentavam regular o Estado e o sistema internacional, quando a intolerância religiosa quase dizimava a Europa durante a denominada Guerra dos Trinta Anos e o absolutismo real se consolidava.

Entre quem ordenava a guerra e quem a fazia as relações tiveram de ser reguladas. Foi o

surgir das Secretarias de Estado e dos Conselhos de Guerra - como demonstra o período da História de Portugal, durante a Restauração - e foi o período de alianças de interesses, que duravam enquanto esses interesses se mantinham. O constatar-se que a guerra passava a ser assunto demasiado sério para ser entregue aos militares abre um longo debate que tem acompanhado o desenvolvimento da ciência política e das relações internacionais e questões relacionadas com o Estado, soberania, legitimidade de quem ordena o uso da força e regras no emprego dessa força. Os sistemas constitucionais, e os seus fundamentos de direito, assim como o direito internacional, têm procurado soluções, tentando colmatar, com mecanismos e instrumentos alargados de consenso nacional e internacional (Conselhos de Segurança ou Defesa Nacional, Conselho de Segurança das NU), as insuficiências encontradas nos processos de decisão sobre matéria tão importante para os povos.

III

Assiste-se a uma Revolução nos Assuntos Militares, que tem merecido inúmeras reflexões, estudos e publicações. Os aspectos mais visíveis dessa revolução relacionam-se com os fantásticos avanços tecnológicos que hoje estão patentes nos equipamentos e armamentos da força militar, que trouxeram necessidades de alterações na organização dessa força. Aspectos menos visíveis são os que decorrem sobre o emprego dessa força e a resposta a questões tais como Por quem? Como? Quando? Para quê? utilizar essa força. E também questões relacionadas com a origem, formação, aptidões e representatividade de quem produz as decisões políticas que ordenam aquele emprego.

A força militar, tradicionalmente vocacionada para a defesa dos solos pátrios e afirmação da soberania, está a mudar para satisfazer necessidades de segurança, respondendo mais a coligações de vontades do que à vontade nacional, actuando mais fora das fronteiras do que nos espaços nacionais, integrando-se em comandos multinacionais que algumas vezes não respondem perante a multinacionalidade política. Os objectivos que lhe são fixados nem sempre se traduzem em objectivos militares consensuais e exequíveis e as missões atribuídas nem sempre são claras na sua natureza militar, levando os comandantes e tropas a desempenhar tarefas para as quais não foram instruídos e treinados. Políticas de Segurança e de Defesa Comuns e Políticas de Defesa Nacionais estarão a ser conseguidas com a legitimidade dos povos e formuladas por quem está preparado para tal? Em que escolas ou práticas aprenderam o sacrifício, a dor e a liderança necessários ao ofício da política?

É tempo de pensar que a guerra é demasiado perigosa para ser entregue a sistemas políticos que não estão preparados para responder a algumas das questões formuladas. E esta é outra perspectiva com que deve ser olhada a Revolução de Assuntos Militares em curso, que vem inserir-se noutras revoluções de pensamento que estão à procura de uma nova sociedade.

Seguindo as discussões que na Europa, e do outro lado do Atlântico, a comunidade militar, na sua obrigação de Servir a Pátria, vai desenvolvendo, muitas vezes em conjunto com a comunidade académica, julgamos que a *Revista Militar* deverá estar atenta a estes

desenvolvimentos. Porque a Revolução dos Assuntos Militares em curso, as novas ordens que se desenham na comunidade internacional e acrescidas necessidades de segurança para os povos, impõem que aos militares sejam cometidas missões claras e precisas, pressupondo sistemas políticos servidos por homens e mulheres preparados para governar. E parece que os Partidos Políticos, pelo que se tem visto, não estão a cumprir esta sua nobre missão.

* Sócio Efectivo da Revista Militar. Presidente da Direcção.